

O novo ensino médio

Educação

O GLOBO

04 OUT 1997

ARNALDO NISKIER

Não se muda o ensino médio pelo simples desejo de mudar. A mesma estrutura dicotômica sobrevive desde 1910, fazendo prevalecer nesse grau de ensino uma divisão efetivamente injusta: de um lado o curso propedêutico, preparatório para o ingresso no ensino superior, de outro, um arremedo de profissionalização, com terminalidade discutível e incerta.

De 1991 para cá, o ensino médio ganhou enorme expressão quantitativa, com o incremento de cerca de 1,5 milhão de estudantes (praticamente o número de todo os universitários com que conta o país). Do ponto de vista da qualidade, uma tragédia, o que fez Anísio Teixeira proclamar, um dia, que se tratava de um ensino órfão.

A Lei nº 9.394/96 propõe duas vertentes para o ensino médio: a primeira delas conduzirá ao prosseguimento de estudos; a segunda se relaciona à formação profissional, esta amparada pelo decreto presidencial nº 2.208/97, que cuida de esmiuçá-la matéria.

É claro que, no detalhamento necessário para que se efetivem os procedimentos subsequentes, estabeleceu-se a polêmica, o que, aliás, era mesmo desejado pelo ministro Paulo Renato Souza. O assunto encontra-se no Conselho Nacional de Educação, aos cuidados da relatora Guiomar Namo de Melo, para um parecer conclusivo, a fim de que já tenhamos em 1998 um novo ensino médio.

Entre as razões da mudança, houve referência ao *enciclopedismo* de que padecemos, ao lado da padronização descabida em face das distintas realida-

des do país. Por isso mesmo, será recomendado aos estados, por intermédio dos seus conselhos de Educação, que utilizem adequadamente 25% da carga horária para estabelecer currículos diferenciados, de acordo com os interesses dos alunos. Isso significa a existência de 600 horas/aula — disponíveis para essa escolha, ficando as demais 1.800 horas/aula para as matérias que assegurarão uma certa unidade, ao lado da garantia de aquisição da cultura que precisa ser incorporada ao universo dos estudantes.

Não se trata de voltar ao antigo eixo clássico/científico, mas sim educar de tal forma que os jovens tenham possibilidades de acesso ao mercado de trabalho, em nível intermediário, com um currículo diferenciado.

A procura desses novos processos educativos

não exclui o cuidado com a criatura humana, que precisa ser gente, pessoa livre, como nos diz d. Lourenço de Almeida Prado, reitor do Colégio de São Bento (Rio). A tônica das mudanças não pode ser pura e simplesmente o apreço às maravilhas do desenvolvimento científico e tecnológico, mas a prevalência do conceito de humanismo sobre quaisquer outras preocupações. Ou seja, mais formação do que informação.

Não queremos disciplinas estanques, é certo, como foi a proposta positivista até agora vigente. A base nacional comum dos currículos, com as diretrizes a serem implantadas, deve contemplar esses cuidados na formação do homem, começo e fim de todo o processo.

ARNALDO NISKIER é professor e jornalista.